

DA DENÚNCIA ÀS REDES SOCIAIS: A (IN) VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO COTIDIANO

Autora: Juliana Silvestre Louven Ferreira

Universidade Federal Fluminense july_bff@yahoo.com.br

Resumo

A proposta desse trabalho é investigar como a violência contra a mulher é retratada nas mídias sociais, suscitando uma reflexão se o modo como a mulher, e a questão da violência contra ela, é abordada de maneira significativa e utilizada de forma que vai prover alguma alteração dentro do aspecto social. Com esse entendimento, propõe-se com esse estudo percorrer os sinuosos caminhos da comunicação, seus limites e possibilidades na função social que assume, articulando nessa pesquisa a discussão sobre gênero e violência contra a mulher.

Palavras-chave: Gênero, mídia, violência contra a mulher.

Introdução

A mídia se constitui um excelente campo a ser analisado por pesquisadores e pesquisadoras. O registro diário das notícias, em diferentes mídias, possibilita de forma contínua e sistemática uma série de informações sobre os fatos mais recentes, valores, ideologias, relações e práticas sociais que compõem a realidade. Analisar a dinâmica da violência que se objetiva nos processos de produção e reprodução da sociedade contemporânea mostra-se um grande desafio, considerando a diversidade e complexidade que a envolve, em especial quando a proposta dessa pesquisa é investigar como a violência contra a mulher é retratada nas mídias sociais. Estamos diante de um tema atual que se reproduz e sofre transformações sob condições objetivas marcadas pela sociedade burguesa, considerando as particularidades presentes na sociedade brasileira.

Considera-se a violência contra mulheres como um problema de saúde pública, a partir da sua alta prevalência e das significativas perdas para a saúde física e mental decorrentes dos maus tratos sofridos por elas. Essa violência tem sido atribuída à desigualdade nas relações de gênero assunção que parece ter excluído a necessidade de pesquisas sobre as estruturas e as dinâmicas relacionais que de alguma forma a sustentam, e o lugar ocupado pelas instituições voltadas para proteção das mulheres e reconstrução das suas trajetórias.

Os dados revelam a crescente degradação da vida humana na sociedade capitalista, condicionada dentre outros fatores, pelo agravamento da questão social e das desigualdades sociais. O agravamento e a complexidade que assume a violência em diferentes regiões do Brasil me instiga a questionar a naturalização destes fenômenos muitas vezes tomados como ação isolada e pontual, pertencentes à esfera individual.

Os elevados índices de violência contra a mulher fazem com que o fenômeno esteja sempre presente nas redes sociais, em diferentes meios de comunicação, em especial a televisão. Um caso que chamou muita atenção no ano de 2016 foi o estupro coletivo cometido contra uma jovem de 16 anos, que foi violentada por, pelo menos, 30 homens em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro. O vídeo da jovem desacordada sendo estuprada, foi amplamente divulgado através do WhatsApp e outras redes sociais, o que gerou um grande debate sobre esse episódio, com diferentes opiniões, algumas delas chocantes onde a jovem é culpada por ter sofrido tal violência.

Em diversos países e também no Brasil os crimes virtuais tem levado algumas vítimas ao suicídio, especialmente as mais jovens. Em novembro de 2013 duas adolescentes, uma de Veranópolis (RS) e outra de Parnaíba (PI), cometeram suicídio após descobrirem que fotos e vídeos

íntimos foram compartilhados, chamando a atenção para um problema que, por ser “novo”, ainda não era devidamente visibilizado.

O ato da pessoa colocar a foto da namorada nua na internet, é um determinante para causar o efeito psicológico. Se há uma menina mais vulnerável, com baixa autoestima, que sofre bullying, ela já é uma pessoa muito mais vulnerável para lidar com aquela exposição. Ou, no caso de a mulher não ter o apoio da família, por exemplo. Isso tudo, mais o fator principal, que é a ação ilícita daquele que fez isso, vai resultar em um tipo de trauma que pode levá-la a se deprimir, ficar mais ansiosa, não querer o convívio social por um tempo, até o suicídio.

Estudos sobre as rotas percorridas pelas mulheres em busca de recursos para sair do circuito da violência identificam a falta de apoio, a revitimização e a atitude preconceituosa por parte daqueles deveriam acolhê-las, sugerindo que, apesar da existência de serviços especializados, sua atuação isolada não evita a exposição da mulher a novas violências. Assim, percebe-se a importância da articulação em rede das instâncias de proteção das mulheres em situação de violência. O aumento de casos de violência contra a mulher levou ao surgimento de canais que servem de instrumento para ajudar essas vítimas e ampará-las e que abordarei nesse trabalho.

Nesse sentido, entendendo a centralidade e o poder de alcance da mídia na sociedade, é preocupante a prevalência de discursos psicologizantes ou de culpabilização da vítima nas abordagens sobre a violência contra a mulher. A reprodução de tais discursos, naturalizam formas de opressão historicamente construídas. Contudo, assim como a realidade social, os veículos de comunicação são contraditórios e, portanto, podem possibilitar tanto avanços no enfrentamento da violência, como retrocessos.

Desse modo, é necessário observar a complexidade da problemática, buscando particularizar o objeto de estudo e investigar até que ponto a mulher tem nas redes sociais a visibilidade em relação à violência que ela sofre, pois, muitas mulheres acabam recorrendo às redes sociais para denunciar a violência sofrida, já que o Estado não atua de maneira efetiva na garantia de seu direito. Assim sendo, a mulher vítima da violência, recorre às redes sociais para que ela possa ter um subterfúgio para lutar em relação aos seus direitos. Ao mesmo tempo, essa mulher não tem a visibilidade da forma que ela gostaria na mídia, uma vez que a mulher não é retratada na mídia como uma forma de empoderamento.

O objetivo principal desse trabalho é analisar o desenvolvimento das redes sociais e a forma como elas abordam a violência contra a mulher em suas diferentes formas, identificando a reprodução da violência e das desigualdades de gêneros na mídia, colaborando para que, a partir das questões suscitadas nessa pesquisa, as mulheres se apropriem das redes sociais de modo que, a utilizem como um canal de enfrentamento à violência de gênero, promovendo, dessa forma, uma alteração dentro do aspecto social, já que, muitas vezes, o Estado não atua de maneira efetiva para a garantia de seus direitos.

Para alcançar o objetivo proposto, o referido trabalho terá como fundamentação metodológica um caráter descritivo, no qual os fatos relacionados à violência contra a mulher, a maneira que eles são retratados pelas mídias e pela opinião pública, serão observados, analisados, registrados, e, por fim, interpretados de forma concisa e à luz das referências de estudos de pesquisadores da temática.

O levantamento bibliográfico utilizará da contribuição de vários autores, referências no Brasil e no mundo que abordam sobre a temática em questão. Entre esses autores, destaco Heleieth Saffioti (1934-2010), socióloga brasileira, investigou ao longo de sua vida a questão da violência contra a mulher e da associação entre capitalismo e patriarcado; Judith Butler, filósofa estadunidense uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, filosofia política e ética; Pierre Bourdieu (1930-2002), cientista social francês que, apesar de não ter realizado propriamente uma discussão sobre gênero, pois esse conceito não é central nos seus

trabalhos, ele escreveu um trabalho altamente referenciado que traz contribuições – e problemas – dignos da discussão sobre o conceito de gênero. Portanto, é pertinente também incluí-lo nesse trabalho, entre outros autores.

Além da contribuição desses autores, complementaré o estudo a análise de mídias, em especial a internet, investigando os conteúdos disponíveis que servem de ferramentas para o combate à violência contra a mulher. Entre esses canais que pretendo apresentar, está a Agência Patrícia Galvão, criada em 2009 pelo Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos.

A Agência Patrícia Galvão produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras. Seu objetivo principal é dar maior amplitude à cobertura jornalística, influenciando no comportamento editorial sobre problemas à cobertura jornalística, propostas e prioridades que atingem 51% da população do país: as mulheres. Além desse canal, será apresentada a experiência bem-sucedida do coletivo “Mete a Colher”, criado nas redes sociais e que tem como principal missão enfrentar a violência doméstica e ajudar mulheres a entender, evitar e se livrar de relacionamentos abusivos.

A escolha de um tema para estudo e pesquisa requisita percorrer algumas indagações onde percebemos as possíveis relevâncias que o mesmo possui para a sociedade. A violência contra a mulher é um produto que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe social e raça/etnia e suas relações de poder. A violência conjugal acontece no cotidiano de algumas mulheres como fato repetitivo, cruel e por vezes naturalizado.

Apesar de tantos progressos, essa violência continua sendo uma questão que atinge um número crescente de mulheres, ou seja, a Lei apenas criou mecanismos, mas não coibiu essa violência, que parece não ter solução. Todos os dias a mídia coloca em pauta nas rádios, na televisão, na internet, nos jornais. Diante dessa complexidade, essa problemática será abordada com afinco, ampliando os nossos conhecimentos sobre a realidade dessas mulheres que é expressamente visível em seu cotidiano, acorrentada e reprimida em seus lares.

A apreensão crítica dessa realidade, coloca-nos diante de desafios importantes: combater as desigualdades e os preconceitos, e lutar por novas relações entre homens e mulheres, entre homens e homens, entre mulheres e mulheres, sem desvincular das lutas pela emancipação humana, por uma sociedade radicalmente livre e democrática. E ainda, não abrir mão da luta por ampliação de direitos e por políticas sociais no âmbito da sociedade como espaço de constituição de sujeitos críticos e conscientes no combate à violência em suas diferentes formas.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Cadernos Pagu, n. 11, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e Realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. O Poder do Macho. (Coleção Polêmica) São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Trad. CORRÊA, Ângela M. S. São Paulo: Contexto, 2007.

Sites pesquisados

<http://www.sul21.com.br/jornal/euviviumrelacionamentoabusivo-mulheres-relatam-violencia-nas-redes-sociais/> Acesso em 08/06/2017

<http://agenciapatriciagalvao.org.br/> Acesso em 11/06/2017